

Sobre a questão das extensões universitárias

João Francisco Regis de Moraes(*)

É conhecido o episódio no qual um turista norte-americano, verdadeiramente deslumbrado com a visão da avenida dos Campos Elísios de Paris, parou um transeunte francês e o interpelou — bem de dentro do pragmatismo que caracteriza o ianque de classe média: “Senhor, quanto custou para os franceses a construção desta linda avenida?” Ao que o transeunte respondeu, também de dentro do velho orgulho europeu: “Senhor, custou dois mil anos de civilização!” Esta colisão de dois mundos, de duas mentalidades distintas, aponta para os poderes da tradição no ensejar um *savoir-faire* cuja sutileza necessariamente ultrapassa esse *know-how* que hoje nos empolga, envolvidos que estamos nessa cultura comercial que nos foi invadindo do pós-guerra (1945) para cá.

Ao pensar em nossa realidade universitária brasileira sempre me vem à lembrança o episódio acima contado. Afinal, é consabido que temos universidades sem que tenhamos acumulado tradição universitária em sentido amplo. Enquanto nação, o nosso desenvolvimento foi muito complexo; em nosso caso, nada se passou como uma história que flui, etapa após etapa, até que desaguássemos no vasto oceano da participação internacional. Ao contrário, a colonização represou nossas expressões nacionais, impondo-nos férreo cerco de isolamento já a partir do século XVI, como adverte Alceu Amoroso Lima em um seu estudo de sociologia política brasileira:

“Portugal manteve a colônia em rigoroso isolamento. Uma cortina de ferro já havia, naquele tempo, entre

o Brasil, as nações hispano-americanas e a América do Norte. ... Fomos o povo que mais tardiamente teve instituições universitárias. Fomos o povo que mais tardiamente teve imprensa e tipografia. Tudo em virtude desse mesmo princípio de isolamento que presidiu à nossa formação colonial e graças ao qual pudemos preservar a nossa unidade” (1951, pp. 167-68).

Para o Brasil as coisas seguiram assim represadas pelos séculos XVI, XVII e XVIII, até que no século passado vários eventos políticos-sociais ergueram as comportas e todo o volumoso caudal da nossa cultura se precipitou de forma adversa e desencontrada. Um desenvolvimento anômalo, sem dúvida, ao qual o mesmo Amoroso Lima se refere ao escrever: “Tivemos Estado antes de ter províncias. Tivemos Coroa antes de ter povo. Tivemos Constituição antes de ter eleitores. Tivemos literatura antes de ter cultura. E tivemos cultura antes de termos universidades” (1951, p. 171). Sim, pois se o México e o Peru tiveram universidades no século XVI, se o Chile e a Argentina as tiveram no século XVII, com o Brasil ocorreu muito diferente. O Brasil contou com um ensino superior incipiente desde D. João VI, bem no início do século passado, mas caracterizado pela extrema raridade de escolas e por seu absoluto escopo elitista. Mas a realidade propriamente universitária, e com sentido institucional disto, ainda não tem 70 anos em nosso país.

(*) Professor-livre-docente do Departamento de Filosofia e História da Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP.

É sabido que, em seu aspecto geral, as universidades começaram por ser depósitos do saber adquirido; depósito no qual os sapientes recebiam gerações sedentas de conhecimento, transmitindo a estas a sabedoria da tradição. Na chamada civilização pré-tecnológica, que vem até os albores da Revolução Industrial no século XVIII, foi possível às instituições universitárias cuidar quase que só da *transmissão* do saber acumulado, pois que a massa maior de inovações e descobertas corria por conta de sábios e espertos só muito raramente ligados a universidades. Todavia, com a precipitação dinâmica da história, cujos impulsos iniciais podem ser encontrados já no final da Idade Média e principalmente no advento da ciência experimental (no século XVI), também cujos desdobramentos se cumprem com o início da primeira Revolução Industrial ainda no século XVIII — todas essas transformações ligadas a alterações profundas da ordem político-econômica, com a precipitação histórica, repito, as universidades se vêem na necessidade de estender as suas atividades ao campo da pesquisa de novos conhecimentos. Aí vemos a evolução da atividade de docência para o explícito ideal de atividade pesquisadora. Parece que é o século XIX, já no transcurso da segunda fase da Revolução Industrial — século trágico, apelidado de “tempo das crises sociais e das epidemias” — o que mais fortemente reivindicará a prestação de serviços, por parte das universidades, à sofrida sociedade maior. Aqui se pede que as universidades se integrem mais efetivamente às sociedades que as acolhem. E vemos nascer, ainda nebuloso em minúcias, o conceito de extensão universitária, basicamente no sentido de assistência social.

Hoje, as leis de que dispomos seguem estabelecendo *docência*, *pesquisa* e *extensão* como as três autênticas finalidades universitárias. Entretanto, junto com matizações positivas e indispensáveis do conceito de *extensão*, vi-

cejaram também equívocos perigosos em torno de compreensão do conceito. Esta a razão que move este autor a tentar colaborar com algumas análises para uma revisão e um redimensionamento do tema da extensão universitária. Ponho em discussão algumas idéias, não sem admitir a possibilidade de discordâncias valiosas, se for o caso. No embate entre isolacionismo elitistas e certos pragmatismos políticos demasiado ansiosos, aí tenho visto tornarem-se problemáticas as discussões atuais em torno do tema da extensão. Convido, então, meu presumido leitor a acompanhar-me por um caminho de observação e pensamento que deu conta de levar-me a algumas posições. Alerto, porém, a quem convidado, para o fato de que não lerá um texto erudito, no sentido de preocupação com muitos autores ou com o destrinchamento de elaboradas teorias sobre o tema em foco, que eventualmente possam ser encontradas em acurada pesquisa bibliográfica. Minha intenção é muito outra. É a de contentar-me com uma interpretação da realidade acadêmica que aí está, à nossa volta, pedindo de nós mais esforço compreensivo, esclarecimentos e sugestões, do que recensões de autores que não necessariamente estariam próximos das nossas urgências. Feito o convite e esclarecidas as condições, tomemos o ritmo da caminhada.

Dirimindo equívocos e propondo cuidados

Sociólogos como Ferdinand Tönnies, Carles Cooley, Durkheim e Giddings — dentre outros — têm procurado distinguir bem os conceitos de comunidade e sociedade. Assim Tönnies caracteriza a comunidade como uma organização espontânea de elementos humanos que vivem juntos, de modo privado e

exclusivo, exemplificando com grupos como a família, os núcleos de amizade e certos agrupamentos rurais; entretanto, distingue isto de sociedade, vendo esta como algo que implica em decisões racionais e volição para que indivíduos humanos se organizem em grupos mais vastos (o Estado, os grupos políticos, os econômicos etc.). Cooley faz abordagem semelhante, mas preferindo a nomenclatura de *grupos primários* (para comunidade) e *grupos secundários* (para a grande teia social); sua classificação ainda se centra, à semelhança da de Tönnies, nos critérios de espontaneidade e artificialidade. O que, de resto, seguirá acontecendo com Giddings, com seus *grupos compostos* (espontâneos e próximos) e seus *grupos constituídos* (associações convencionais). Ao passo que Durkheim prefere tomar como base a intensidade e a densidade relacionais, imaginando uma linha de complexificação que percorre: da horda para o clã, deste para a tribo, desta para as confederações tribais e, finalmente, destas últimas para as cidades com a sua vida múltipla e complexa (Chinoy, 1969: “A Sociedade”).

Como se vê, a preocupação é grande entre cientistas sociais no sentido de que não sejam confundidas relações comunitárias com relações societárias. De tais esforços que, como vimos, tomam variadas configurações conceituais e lingüísticas, resulta a idéia límpida de que comunidades se caracterizam por relações *afetivas* entre seus membros — num sentido bem etimológico: em comunidade cada vida afeta as demais e vice-versa, ao passo que as sociedades são caracterizadas por um acordo racional de interesses; nestas se faz presente um certo racionalismo burocrático, entendida a burocracia em sentido lato. O que talvez tenha faltado elucidar melhor é que essas caracterizações não são estanques, que na dinâmica sociocultural algumas vezes se estabelecem formas híbridas de rela-

cionamento, com um curioso encontro entre o afetivo e o racional burocrático.

Como conseqüência, isso confunde um pouco a linguagem das universidades quando estas crescentemente se preocupam com a chamada “extensão universitária à comunidade”. Afinal, o que é “comunidade” nesta expressão? Ao que parece, aí o termo *comunidade* ou está correspondendo a toda a sociedade ou, no mínimo, está sendo empregado indiferenciadamente ora para os grupos afetivos ora para as associações mais burocratizadas. Isto pode trazer equívocos bastante desconfortáveis às tomadas de posição das instituições universitárias quanto ao meio no qual se encontram plantadas.

É freqüente que os mais interessados em “extensão à comunidade” tendam a imaginar comunidade como sendo *algo que começa dos portões da universidade para fora*. Uma certa ansiedade, às vezes derivada de pragmatismos políticos ou derivada de sentimentos de culpa vividos pela universidade que por longo tempo ignorou o seu meio social maior, cria o frenesi dos assistencialismos, sobretudo nas áreas biomédicas. Decorrem disto algumas distorções, como:

- a) automarginalização da universidade, pois que, se ela entende que comunidade é algo que se inicia fora dos seus muros, estabelece-se, já de início, como sendo uma realidade em tudo distinta do seu meio social mais amplo;
- b) o assumir postura paternalista, apresentando-se como a comunhão dos privilegiados que vai ao povo reparar bondosamente suas benesses;
- c) o distanciar-se do meio social, pela aludida diferenciação básica, o que torna estéril a sua vida *interior* (de ensino, pesquisa e... extensão);
- d) o voltar-se para a sociedade ampla com tal ansiedade que faz a universidade esquecer-se dos seus próprios problemas. Um cego não pode conduzir outro, dizem os Evangelhos; e, sendo crentes ou não, sabemos que isto tem peso de verdade.

Hoje se dá, na universidade, uma ênfase demasiada ao fator extensão. Este é um fator que tem intrínseca importância e, portanto, não necessita de hiperdimensionamentos. A aceitarmos a tríade ensino, pesquisa e extensão, corresponderá vermos com nitidez o peso específico de cada qual desses elementos. A mencionada ênfase tem aspectos muito positivos quando é apenas ênfase, mas ganha tintas pejorativas quando se faz em ênfase demasiada.

Não é difícil encontrarmos textos nos quais se diz ser a extensão aquilo que poderá *redimir* a universidade, arrancando-a do narcisismo do saber pelo saber, que socialmente a tem levado a certo descrédito. Também se lê com facilidade que o que faz uma universidade ser moderna (no sentido de contemporaneamente avançada) é a organização do aspecto extensional (Wanderley, 1983, pp. 45-50). Ainda que reconhecendo perfeitamente a grande importância da extensão universitária, julgo que afirmações assim radicalizadas podem produzir escamoteações e hipertrofias, ainda que não seja esta a intenção de quem as faz. Primeiro, tais pontos de vista escondem um tanto a própria crise de identidade na qual têm vivido as universidades brasileiras, em luta com alguns fatores complicados como: a já mencionada carência de tradição histórica, o descaso dos governos no investimento em capacitação para docência e pesquisa e os conflitos internos às instituições universitárias entre impulsos de elitização do saber e ideais de democratização acelerada deste; tudo isto somado ao fato de que quase nunca se tem um projeto global de atuação institucional que reúna, com certa harmonia, um conjunto considerável de valores didático-pedagógicos; como consequência, a vida universitária segue sendo um arquipélago (cada ilha um instituto ou uma faculdade) em que seus elementos vivem distanciados às vezes por extensos trechos de oceano. O tão criticado “conglomerado de escolas”, sem expe-

dientes de interligação, ainda é o mais encontrado. Em semelhante situação, a universidade tenta projetar-se na direção da sociedade maior como algo fragmentário e dotado de muitas fisíonomias, muitas caras nem sempre coincidentes, quando não contraditórias.

O que realmente significamos como universitários? O que queremos para o nosso projeto existencial, enquanto universidade? Continuaremos (em nosso caso) em Campinas desenvolvendo algumas vezes pesquisas destinadas a impressionar a imprensa acadêmica dos países ricos, nas irônicas palavras de um jornalista escrevendo “para Paris, Tóquio e adjacências”? Ou definiremos um equilíbrio que nos permita continuar articulados com a “nova ordem internacional do conhecimento” (Spitzberg Jr., 1980, *passim*), mas, ao mesmo tempo, atentos às nossas necessidades mais prementes de país pobre que busca desenvolvimento científico, tecnológico e de reflexão? Talvez devamos, antes de tudo, responder a estas questões e encontrar o rosto que as nossas universidades devem ter, sem a ansiedade de se endeusar compulsivamente a extensão universitária à comunidade. Repito: esta precisa acontecer, mas deve derivar de um posicionamento mais claro do meio acadêmico; sobretudo não deve ser precipitada ao ponto de esconder os nossos atuais conflitos de identidade.

Às vezes o afobamento dos atendimentos à sociedade significa um pragmatismo microssocial que pode até impedir os universitários de visualizar problemas políticos maiores que vêm subjugando as universidades e multiplicando os necessitados e miseráveis do meio social. Reafirmo que no triplice ideal de boa docência, boa pesquisa e boa extensão, deve vigorar um forte sentido de equilíbrio, sem ênfase demasiada que possa desestabilizar o conjunto. Na verdade tem havido negligências sérias quanto a cuidar-se do importante elemento *extensão*; há que

se sanar tais omissões sem criar qualquer desequilíbrio. Eis por que uma ênfase, dizíamos, sem demasia pode ser bem positiva quanto à questão da prática extensional.

Em outro ensaio meu (“Esboço de Uma Teoria da Educação Superior”, revista *Educação e Filosofia*; pp. 51-58) busquei depurar os termos *elite* e *elitização* das características sócio-econômicas com que os pejou uma certa sociologia política, devolvendo-lhes o original conceito ético de “os mais dotados de consciência de si e do seu tempo” (elite) e de “processo autêntico de conscientização intelectual e de cidadania” (elitização). E é com este mesmo pensamento que vejo a universidade tendo que viver a simultaneidade de duas funções: uma função elitista ou elitizante, e outra não-elitizante. A luta pelo esclarecimento, pelo saber mais refinado, pelas articulações cognitivas de abrangência, é de si um processo que cria elites (não no sentido de privilégios sócio-econômicos, repito) que se querem mais conscientes de si e do seu tempo. Tem sido assim e entendo que assim será; afinal, é função do ensino dito “superior” a busca do aprofundamento e da sutilização do saber. A função não-elitizante da universidade é-lhe propiciada pelo fator extensão, mormente em seu aspecto de atendimento colaborador com a grande sociedade. Uma função deve equilibrar a outra, uma deve fecundar a outra, pois, se a sociedade recebe aplicações mais competentes do saber, ela por sua vez, espontaneamente, ensina limites e equilíbrios a um saber às vezes meio delirante que vem das estufas intelectuais (sala de aula ou laboratórios).

Eis a razão pela qual não há por que mitificar-se nem a docência, nem a pesquisa e nem a extensão. Como dizia Alceu Amoroso Lima referindo-se às mitificações contemporâneas, *mito* é toda absolutização de um relativo — mito da técnica, do Estado, da raça; isto é, mitificar é engendrar uma inade-

quação. Ora, como todo mito assim concebido necessita de uma *mística* para se manter, essa mística significa um conjunto de valores e atitudes que se transformem numa espécie de nicho ecológico do mito em apreço (Lima, 1943, pp. 25-46). Absolutizar quaisquer dos relativos da constituição da realidade universitária é estabelecer uma inadequação que inviabilize o seu equilíbrio e, mais ainda, gerar a mística da inadequação com o seu aparato de convicções preconceituosas. Em nosso meio, as universidades têm hoje sobretudo a tarefa nada fácil de harmonizar, na medida do possível, os elementos que as devem constituir, com o fito de alcançar-se um ensino de qualidade, de realizar-se pesquisas relevantes e não omitir-se quanto aos seus deveres de extensão universitária comunitária e social. De prático, o que pode ser abordado neste ensaio? Vislumbro, sim, alguma coisa prática a propor, nunca em termos de “receita” pronta — que são sempre indesejáveis, por pretensiosas — mas à feição de pistas para o fazer cotidiano.

Extensão: considerações de ordem prática

É ilusório pensar-se que a prática de extensão seja coisa que se resolva com facilidade e se possa iniciar no dia seguinte. Neste ponto vamos perceber que é prática tão grandiosa que comporta (mais do que isto, exige) diferenciações. Daqui para diante veremos que extensão é algo que deve ser pensado com intenções e níveis distintos. Concebendo a comunidade como algo que nos inclui no interior da universidade, e não como uma coisa externa à universidade, veremos que será pedida a nossa atenção sobre vários tipos de prática de extensão, que principiam em nosso meio acadêmico e caminham até os limites da sociedade maior.

De forma proposital deixei, até esta parte, o conceito de extensão sem contornos nítidos; esperei momento mais maduro do texto para buscar precisá-lo, olhando então para todos os seus aspectos, consciente de que a trajetória anterior pudesse levantar alguma perplexidade e pedindo ao meu presumido leitor algum sacrifício. Assim que, mediante as modalidades de extensão universitária que vejo necessárias, e alguma ponderação sobre cada qual, perseguirei a possibilidade de uma conceituação mais completa.

Olhando-se para a evolução da cultura brasileira contemporânea sem leviandades e sem encantamentos fáceis pela “coqueteria” das frases feitas e de efeito do tipo “delinqüência acadêmica que vigora” ou “comunidade dos titulados subestimulados” — coisas que fazem as delícias dos incautos que às vezes gravitam em torno dos encontros de educadores desta ou daquela natureza, olhando-se de modo menos superficial para a realidade da nossa situação cultural hoje, não será difícil perceber o contributo que as universidades — embora sem tradição! — têm prestado a certos avanços palpáveis da nossa vida científica, reflexiva, tecnológica e artística. Além da numerosa formação de profissionais, sabe-se que hoje cerca de 80% da pesquisa nacional está afeta a universidades. Está ainda longe do ideal? Talvez esteja muito longe. Mas contribuições importantes têm sido feitas, de qualquer forma. Será impossível negar que hoje temos universidades que são importantes para as urgências da nossa cultura e também projetam o seu prestígio para fora das nossas fronteiras, ainda que as assim tão produtivas não constituam grande número. É indubitável que muita coisa péssima é feita em nome de padrões universitários, mas é impossível deixarmos de constatar que em países ricos também encontramos universidades com projetos de vida e práticas ruins. Estou certo de que o número de tais desacertos é, entre nós, muito

maior; mas, deveria ou poderia ser diferente nas imensas dificuldades sociais, econômicas e políticas em que nos encontramos há décadas? O fato é que, da década de 20 para cá (em feliz coincidência com a Semana de Arte Moderna de 1922), entramos nas eras da radiodifusão (1922-1923), da vida universitária incipiente, do aperfeiçoamento do parque gráfico e da editoração, bem como do aperfeiçoamento técnico da televisão. Impossível será negar a contribuição, efetiva embora modesta, das universidades à forma moderna com que hoje em dia nos questionamos (Morais, 1989, *passim*). É porque acredito nas possibilidades do trabalho universitário que o vejo com alguns níveis de compromisso no que concerne à questão da extensão universitária.

Ao contrário de pensar uma dicotomia do tipo “universidade e sociedade” procuro pensar uma realidade integrativa do tipo “universidade na sociedade”. E aí, de pronto, saltam-me aos olhos três modalidades de extensão nas quais temos que pensar. São elas:

a) **Extensão de desdobramento ou aperfeiçoamento** — Esta aponta para os compromissos que as instituições universitárias têm: 1) com aqueles que se formaram nelas; 2) com aqueles que nelas ainda se estão formando. Isto porque não é admissível que cumpra à instituição apenas diplomar o jovem, atirá-lo à roda das disputas profissionais sem cuidar das necessidades de reciclagem e atualização dos seus ex-alunos. Essa ruptura brusca e indevida do meio acadêmico formador com os seus ex-alunos tem provocado ressentimentos muito severos (que entendo justificáveis) nos últimos, que chegam às vezes a inimizar-se com a escola na qual receberam as primeiras habilidades (o saber fundamental) e a habilitação (o diploma). As universidades, queiram ou não reconhecê-lo, têm um compromisso com os seus ex-alunos e devem incluir, em seus proje-

tos de extensão, reciclagens e atualizações dos profissionais por elas produzidos.

Por outro lado, é consabido que os currículos oficiais são fragmentários e sem profundidade, fazendo com que existam, nos próprios alunos que os cursam, necessidades de aprofundamento ou detalhamento que só podem ser supridas por bons cursos (extra-oficiais) de extensão universitária. Veja-se que esta modalidade de desdobramento ou aperfeiçoamento a estou pensando em termos de cursos, mas a forma de se os realizar deverá, é óbvio, adequar-se à área específica de conhecimento com a qual se vá trabalhar. Talvez uma extensão universitária na área de *artes cênicas*, por exemplo, não se deva constituir de aulas. O que não podemos é seguir fingindo que o que os alunos vêem em sala de aula é tudo o de que necessitam; tampouco podemos continuar fazendo de conta que o profissional formado por nossa universidade já levou dela todo o necessário para a sua vida de trabalhador competente.

b) *Extensão de intercomunicação* — As ilhas do arquipélago universitário precisam entrar em contato, ainda que de pouco em pouco, para intercâmbio. Ainda que isto venha a ocorrer em definidos setores de interesse (humanas, tecnologia, exatas), pode-se também pensar em certos entrecruzamentos de setores distintos capazes de mútua fecundação. Afinal, foi quando o físico Norbert Wiener participou, na Faculdade de Medicina da sua universidade, de um curso de Neurofisiologia que teve a idéia de realizar uma transposição do encadeamento do sistema nervoso humano para sistemas eletrônicos, criando o computador a partir disto:

- Sentidos humanos *input*
- Memória *storage*
- Raciocínio . *central processor*
- Impulso para ação *output*

Ora, a Psicologia deve ter coisas interessantes a oferecer como subsídios

à Arte, por exemplo (e vice-versa). Da mesma forma, uma Antropologia Filosófica de traço contemporâneo e avançado dificilmente poderá ignorar subsídios psicanalíticos, lingüísticos, artísticos, etc. Se é assim, por que os interesses amesquinçados e certas aversões inexplicáveis numa mentalidade acadêmica fazem permanecer o “arquipélago das incomunicações” universitárias? A instituição como um todo, procurando superar essas posturas idiossincráticas de elementos em separado, é que necessita pensar em mecanismos e dinâmicas de uma extensão universitária que vise exatamente a *intercomunicação*. Como fazê-lo? Penso que só a partir de um Projeto Universitário Global, um projeto de existência da instituição, do qual se derivem subprojetos pedagógicos para as unidades e para as suas articulações. Impressiona quando paramos para pensar em tudo que se perde no referido isolamento, sendo que tais riquezas são obtidas a duras penas em países pobres.

c) *Extensão como serviço prestado à sociedade* — Uma vez razoavelmente corrigidos os nossos descaminhos e desencontros internos, nosso oferecimento de serviços à sociedade será mais competente e muito mais consistente, em razão das múltiplas fecundações, seja da interdisciplinaridade, seja dos aprofundamentos de áreas específicas. O serviço prestado à grande sociedade nos aparece aos olhos como o momento maior da universidade, na convergência entre a celebração do saber e o mais profundo encontro humano entre a instituição e o seu meio. Fertilização recíproca. O serviço que a universidade presta, auxiliando a sociedade maior, é na realidade serviço prestado acima de tudo à própria universidade. Além do que, se não se reduz a mero assistencialismo, é forma de inserção política do meio acadêmico nas grandes e graves lutas sociais. Odontólogos, sanitaristas, assistentes sociais, pedagogos, médicos clínicos, arquitetos, urba-

nistas, e todos os setores universitários voltados para modalidades práticas de atendimento significam um contingente privilegiado de que o meio social pode dispor, sobretudo na miserabilidade social que esta oitava economia do mundo exhibe.

Todavia, sob um olhar mais sereno e sob uma avaliação menos pragmática, pode-se compreender que todos os níveis e tipos de extensão aqui estudados necessitam de igual atenção. Mais ainda: na consideração da modalidade de serviços à sociedade, podemos distinguir algumas necessidades anteriores: situações que devem ser resolvidas primeiro, para viabilizar o apoio à sociedade. Vejo tais necessidades assim:

- 1) Esforço de compatibilização da *vida universitária* com a vida social ampla; vale dizer, há necessidade de se buscar *sintonia* entre ambas, encontrando pontos de aproximação entre o *pathos* de cada uma. Se a paixão que move a vida acadêmica nada tem a ver com a paixão essencial da vida social como um todo, seus *pathos* se excluem e elas restam etimologicamente *incompatíveis* (sem significação uma para a outra, distanciadas).
- 2) Outra necessidade que vejo é a de uma mudança substancial nas vidas docente e discente. Primeiro, no sentido de se desenvolver a vontade de serviço, que deriva da solidariedade como um valor cultivado; depois, analisando com realismo prático: como é a vida do aluno? Como é a vida do professor? Isto porque ter-se-á que, respeitando os direitos fundamentais de ambos, estabelecer com clareza: tempo docência/extensão, tempo discência/extensão e canais de realimentação (registrando e transmitindo *feedbacks*, dedicando importantes momentos para avaliações críticas e comentários).

O importante é que, ponderadas todas essas minúcias, as universidades se vejam integradas aos seus meios sociais e deixem de ser tidas, por alguns,

como um tempo exótico de saberes esotéricos, e por outros como um lugar elegante de se fingir que aplica conscientemente verbas públicas ou mensalidades de alunos. Lograr integração com a sociedade não é exigência básica para se alcançar excelente nível de erudição, mas é condição necessária para não se reduzir o trabalho acadêmico apenas aos esoterismos eruditos. É condição imperiosa para deitar raízes boas no solo das necessidades nacionais e regionais, multiplicando frutos preciosos.

Sugerindo e concluindo

Sabemos que os imaginários das épocas sacramentam determinadas palavras que, é óbvio, veiculam idéias e ideais. Praticamente, para cada assunto as diferentes épocas têm os seus termos encantados, sendo que ultimamente, em nosso país, a vida universitária vem sendo concebida na inter-relação destes três termos: docência, pesquisa e extensão. Alguns educadores e filósofos da educação principiam já, aqui e ali, a encontrar objeções à tríade referida. Paul Valéry escreve que

“As discussões dos filósofos não se assentam sobre a natureza das coisas, mas sobre as *relações de certas palavras*, largamente abstratas por serem vazias e indefiníveis. Realistas e nominalistas, idealistas e materialistas são campos nos jogos da inteligência. Nessas partidas de revezes cada qual movimentava seus peões seguindo *convenções* aceitas. No final nada se provou senão que A é jogador mais fino que B” (Apud Maurois, 1990: 33).

Entretanto, o que Valéry afirma — nem que aceito como parcialmente verdadeiro — não se aplica apenas aos filósofos, pois é o mesmo pensador que

defende a tese segundo a qual o que sustenta o curso da realidade social são algumas ficções hoje denominadas *convencões*. Isto é, inexistem razões absolutas de vida, mas somente acordos sociais (tácitos ou explícitos) que dão conta de evitar o caos. Daí a razão de ser o edifício social um encantamento da linguagem (ibidem, p. 41). E isto é o mais pleno relativismo que alimenta as visões positivistas de rigor, como no caso de Valéry.

Faço toda esta digressão para concordar ser inteiramente possível que, depois de algum tempo, as palavras-chaves sobre a realidade universitária não sejam mais docência, pesquisa e extensão. Aceito tal relativismo como princípio de pensamento, mas ao mesmo tempo tenho para mim que neste momento os conceitos evocados pelas palavras-chaves referidas ainda se constituem numa boa maneira (eficaz) de se pensar o que fazer universitário. Acredito vivamente que, agora, as universidades deverão cuidar com empenho do aspecto extensão, pelas razões internas e externas ao meio acadêmico que já apontei. Ambos os objetivos (internos, nas extensões de desdobramento, aperfeiçoamento e intercomunicação, e externos nas extensões de atualização e de serviços à sociedade) têm o mesmo grau de importância, pois, sobretudo em termos qualitativos, são interdependentes.

Rubem Alves, em um ensaio intitulado “Pesquisa Para Quê?” (*Reflexão*, PUC-Camp, vol. I, nº 1, 1975), cobra, sobretudo dos cientistas da área de humanas, o retorno do benefício das suas pesquisas para os pesquisados (classe média, família em geral, favelados e outros); isto porque, do contrário, somos forçados a mudar a pergunta em “Pesquisa Para Quem?”. Ora, as reivindicações de Alves remeteram-me a uma curiosa questão que se arrasta longamente em nossa vida acadêmica: a questão das *divulgações*. Os puristas das universidades têm sistematicamente “torcido o nariz” e de forma pre-

conceituosa ante qualquer intuito divulgador dos seus esotéricos saberes. Há muitas áreas (pois isto não é igual para todas) que, se traduzissem as suas investigações e conquistas para uma linguagem que desse vez ao leigo interessado, poderiam multiplicar a sua utilidade social. As editoras universitárias poderiam produzir, por exemplo, opúsculos ilustrados, que direcionassem ao benefício público conhecimentos importantes que ficam cativos das elegantes páginas de teses ou relatórios. Talvez a sociedade, que mantém as universidades com seus impostos ou mensalidades particulares, merecesse a atenção de conhecer relevantes produções científicas, artísticas, tecnológicas e mesmo filosóficas. Isto, é claro, exige um *savoir-faire* que pode ser encontrado no encontro entre os recursos didáticos (colhido com didatas) e a experiência de editores muito vividos.

Dou um pequeno exemplo: quando foi publicado, pelos bispos da América Latina, o chamado *Documento de Puebla*, o qual, de uma visão popular, pode ser visto como um texto amplo e complexo, recordo-me de que Frei Betto me dizia que houvera sido encarregado de encontrar a linguagem (em verbo e imagem) para colocar todas aquelas diretrizes episcopais da doutrina eclesial ao alcance da compreensão dos católicos culturalmente mais humildes. Posteriormente vi que aquele jovem e inteligente frei se desincumbira brilhantemente de sua tarefa, com o opúsculo *Puebla Para o Povo*, que a editora Vozes publicou em 1979. Ora, por que algo assim não se pode dar em certas áreas do meio universitário? Quais os motivos para tão fortes preconceitos contra as divulgações?

Como se pode ver, muitas são as formas de as universidades não se fecharem ao seu meio social. Mas, retomando a questão das extensões universitárias, vemos duas possibilidades bem nítidas: a) a montagem e a dinamização de um grande Centro de Extensão Universitária, tal como o outrora pla-

nejado por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília dos primeiros tempos; b) ou a delegação de sérias atribuições extensionárias aos setores ou unidades, que é o modo descentralizado geográfica e administrativamente.

Bem sei que a maior parte das universidades conta com uma pró-reitoria para Assuntos de Extensão Universitária; é um órgão bom que deve ser mantido como instância maior de convergência, mas não o vejo como suficiente para acionar e supervisionar a dinâmica complexa da atividade extensionária de modo abrangente e eficaz, de modo a conjugar intenções, necessidades, urgências sociais e possibilidades acadêmicas. Um grande Centro de Extensão deve compor-se de representantes efetivos de cada setor ou área da universidade e, se possível, de representantes sociais não-acadêmicos. Todavia, se as unidades vêm maior exequibilidade na gerência setorial das extensões, isto pode ser feito, desde que acordado pela comunidade acadêmica como um todo bem representado. Creio que ir a mais minúcias é querer oferecer receitas prontas, caindo, em conseqüência, num certo desrespeito às escolas comunitárias.

O professor norte-americano Peter Drucker, em um interessante livro seu intitulado *As Novas Realidades*, lembra que o escritor Hermann Hesse desejou legar ao público uma grande metáfora com que fosse mostrada a forma pela qual as pressões do nazismo levaram artistas e intelectuais daquela época a se exilarem em rincões alienados da política; e escreveu, então, seu célebre romance *O Jogo das Contas de Vidro*. E Drucker lembra isto para fazer séria advertência ao meio acadêmico de hoje em dia, dizendo: “Nossos acadêmicos não têm a desculpa dos intelectuais alemães do tempo de Hitler; mas em grande parte eles também se retiraram para o jogo das contas de vidro de Hesse” (Drucker, 1989, p. 215). Vale dizer: por razões menos drásticas e eventualmente de mera comodidade pessoal ou de corporação, a academia está verdadeiramente distanciada dos reclamos cotidianos da sociedade.

Quem sabe podemos reefetivar o conhecimento, não só fazendo-o aderido às urgências reais do nosso tempo, mas oferecendo-o prodigamente aos que dele necessitem? Ter o conhecimento não deve bastar. Há que fazê-lo valer, partilhando-o com os nossos companheiros de caminhada social.

Notas bibliográficas

- ALVES, Rubem. “Pesquisa Para Quê?”, revista *Reflexão*, PUC-Camp, Instituto de Filosofia, vol. I, n° 1, 1975.
- CHINOY, Ely., *Sociedade: Uma Introdução à Sociologia*. São Paulo, Cultrix, 1969.
- DRUCKER, Peter. *As Novas Realidades*. São Paulo, Pioneira, 1989.
- FREI BETTO, *Puebla Para o Povo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- HESSE, Hermann. *O Jogo das Contas de Vidro*. Rio, Record, s/d.
- LIMA, Alceu Amoroso. “Ensaio de Sociologia Política Brasileira”, revista *A Ordem* (Centro Dom Vital), set./out., 1951.
- _____. *Mitos do Nosso Tempo*. Rio, José Olympio, 1943.
- MAUROIS, André., *Introdução ao Método de Paul Valéry*. Campinas, Pontes, 1990.
- MORAIS, Regis de., *Cultura Brasileira e Educação*. Campinas, Papirus, 1989.
- _____. “Esboço de Uma Teoria da Educação Superior”, revista *Educação e Filosofia*, Universidade Federal de Uberlândia, vol. III, n°s 5 e 6, jul. 1988/jun. 1989.
- SPITZBERG JR., Irving (org.). *Universities and the International Distribution of Knowledge*. Nova York, Praeger/CBS Educational and Professional, 1980.
- WANDERLEY, L. Eduardo. *O Que é Universidade*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
-

Resumo: Este é um breve estudo sobre a relação entre universidade, comunidade e sociedade no contexto brasileiro. Nele se focaliza a questão das extensões universitárias em seus vários aspectos. Procura-se denunciar equívocos e anunciar sugestões práticas para a questão em foco, apontando para aspectos intra e extra-acadêmicos.

Palavras-chaves: universidade, extensão universitária, universidade e sociedade, serviço à comunidade.

Abstract: *This is a brief study about the relationships between university, local communities and society, in the Brazilian context. The issue of the university extensions, in their various aspects, is analyzed. Conceptions are indicated and practical suggestions are made, as they are related to academic and non-academic variables.*

Descriptors: *university, extension, university extension, university and society, community service.*

